

Experiência humana e coletividade em Thompson

Célia Regina Vendramini*

Resumo

Com base na obra de E. P. Thompson, elege-se a experiência (humana) como eixo de análise voltada para a reflexão de práticas sociais. O ponto de partida é a compreensão das categorias de análise como relações humanas e a experiência como categoria fundamental em Thompson. Os elementos teórico-metodológicos presentes em suas obras, tendo como base o materialismo histórico e dialético, permitem analisar com profundidade o sentido histórico de experiências coletivas de trabalhadores, suas raízes e suas possibilidades futuras. Nesse sentido, Thompson desenvolve aspectos importantes para pensar a experiência e a formação humana, as quais expressam a dialética entre realidade e pensamento.

Palavras-chave: Edward P. Thompson. Experiência humana. Coletividade.

Introdução

Este estudo propõe uma reflexão sobre o sentido da categoria experiência nos estudos de Thompson, enquanto forma de apreensão da realidade a partir de elementos dela própria. Refletir sobre a experiência, o trabalho, a educação, as classes e movimentos sociais significa, portanto, pensar sobre a própria vida humana, como dimensões históricas indissociáveis.

Como apreender as relações sociais teoricamente? Não o poderia ser por meio de categorias estáticas, pelo fato da realidade estar em constante movimento, sendo este por si só contraditório. Ao refletir sobre o sentido da experiência humana, estamos refletindo sobre a forma de apreendê-la.

Na carta a Annenkov, Marx formula uma crítica ao livro *Philosophie de la misère* de Proudhon, afirmando: “Ele não viu que as *categorias econômicas* são apenas *abstrações* dessas relações reais, que só são verdades na medida em que subsistam essas relações” (1982, p. 549).

Para Marx, ao produzir as relações sociais em conformidade com a sua produtividade material, os homens produzem também as idéias, as categorias, isto é, as expressões abstratas dessas mesmas relações sociais. “Assim, as categorias são tão pouco eternas quanto as relações que exprimem. São produtos históricos e transitórios” (p. 551).

* Prof^{ta} do Centro de Educação da UFSC.

Podemos pensar no exemplo do interrogatório do filósofo com a mesa (ou com a palavra), como um objeto inerte, sem movimento, sem relações, o que não significa uma produção humana (THOMPSON, 1981). Se o ser social não é uma mesa inerte que não pode refutar um filósofo com suas pernas, tampouco a consciência social é um recipiente passivo de reflexões daquela mesa.

Há, portanto, uma íntima relação entre o pensamento e a realidade. A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque os homens são racionais e refletem sobre o que acontece a eles e ao mundo.

A partir desta compreensão, Thompson não poderia deixar de construir sua crítica ao marxismo estruturalista e seu principal ator e propagador, Althusser. Este compreende a reprodução e a produção no sentido restrito e exclusivo de “práticas econômicas de produção”, ocasionando uma disjunção entre o materialismo histórico e dialético e um fosso entre a esfera econômica e a subjetividade humana (LESSA, 1993).

Para Althusser, o objeto real e o objeto do conhecimento são duas coisas distintas. O objeto de que se trata na teoria não é o objeto real, mas o objeto do conhecimento. Portanto, este é produção exclusiva do pensamento, o que se opõe radicalmente à relação percebida por Thompson entre matéria e pensamento.

Assim, no marxismo estruturalista, as categorias deixam de ser históricas, pois estão suspensas, fora do mundo material e social, é o que Thompson chama de “imperialismo teórico”, pelo seu caráter mecanicista e pela ausência de sujeitos. Se, para o estruturalismo, as estruturas determinam as individualidades, para o chamado pós-estruturalismo, são as ações imediatas dos indivíduos o único momento fundante do ser social, numa aparente inversão do primeiro. Tais modelos, segundo Lessa (1993), pressupõem a existência de uma natureza humana a-histórica.

Em oposição a uma teoria a-histórica que pressupõe uma dicotomia absoluta entre realidade e pensamento e como crítica à noção de estrutura e sistema, ou micro-estruturas, Thompson propõe a experiência como uma categoria fundamental para pensar a realidade.

A experiência em Thompson

Como um historiador contemporâneo dentro da abordagem marxista, Thompson desenvolve aspectos pouco estudados até então. Um deles, e de grande relevância nas suas obras, o qual perpassa toda *A Formação da Classe Operária Inglesa*, é a experiência histórica.

O conceito de classe social formulado por Thompson nesta obra, considera-a como um *fenômeno histórico*, como *algo que ocorre efetivamente nas relações humanas*, não de uma forma determinada, mas como uma capacidade de percepção e articulação de interesses de alguns indivíduos contra outros, cujos interesses diferem dos seus.

Thompson compreende que a classe e a consciência de classe vão formando-se juntas na experiência: é uma formação imanente. Tal compreensão pode ser observada na análise que faz do período 1790 a 1830, quando se forma a *classe operária inglesa*. O fato é revelado, em primeiro lugar, pelo crescimento da consciência de classe: a consciência de uma identidade de interesses entre todos esses diversos grupos de trabalhadores, contra os interesses de outras classes. E, em segundo lugar, no crescimento das formas correspondentes de organização política e industrial. Acrescenta, ainda, que “o fazer-se da classe operária é um fato tanto da história política e cultural quanto da econômica” (THOMPSON, 1987, v. 2, p. 17).

Retratar as mudanças de vida dos trabalhadores rurais, dos artesãos e tecelões, pode parecer um registro de frustrações e fracassos, mas a experiência apresenta muitas tradições que se originam deste período. Dos primeiros estágios da auto-educação política de uma classe, que dizem respeito aos efeitos morais da sociedade, acompanhamos com o autor o despertar de uma autoconsciência coletiva, associada a teorias, instituições, normas disciplinares e valores comunitários correspondentes que distinguem a classe operária do século XIX da plebe do século XVIII. Da revolta dos trabalhadores na destruição de máquinas, assistimos, nos anos de 1830 aos homens lutarem, não contra a máquina, mas contra as relações exploradoras e opressivas intrínsecas ao capitalismo industrial. Nesse momento, é possível falar de uma nova forma de consciência dos trabalhadores em relação aos seus interesses e à sua situação enquanto classe, que se refletem na identidade de interesses entre trabalhadores das mais diversas profissões e níveis de realização, de um lado, e na identidade dos interesses da classe operária, de outro, expressos em muitas formas institucionais e no sindicalismo de 1830-34.

Enfim, o autor explora as experiências das quais surgiu a expressão cultural e política da consciência da classe operária. Sua análise considera o modo de vida característico dos trabalhadores, que está associado com um modo de produção, e os valores partilhados pelos que viveram durante a Revolução Industrial. É um estudo das experiências cotidianas, da qualidade de vida, dos valores com desejo de racionalização global.

Se detemos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas idéias e instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história (THOMPSON, 1987, v. 1, p. 11).

A partir do estudo sobre a formação da classe operária inglesa, Thompson indica que a classe é uma formação tanto cultural como econômica, que se manifesta historicamente nas relações humanas, como resultado de experiências comuns, determinadas, a grande medida, pelas relações de produção. A “consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais” (THOMPSON, 1987, v.1, p. 10).

Ao considerar as classes como um processo em formação, um “fazer-se”, constituída e constituinte da luta, percebe-se a importância atribuída por Thompson ao conceito de experiência. Refere-se, é claro, à experiência humana.

Pela experiência os homens se tornam sujeitos, experimentam situações e relações produtivas como necessidades e interesses, como antagonismos. Eles tratam essa experiência em sua consciência e cultura e não apenas a introjetam. Ela não tem um caráter só acumulativo. Ela é fundamentalmente qualitativa (THOMPSON, 1981 apud GHON, 1997, p. 204).

Na sua crítica ao estruturalismo, Thompson opõe a noção de processo e totalidade social à noção de estrutura e sistema, na medida em que nestas não há sujeitos e relações, mas estruturas rígidas que impedem a ação humana. “Exploramos, tanto na teoria como na prática, os conceitos de junção (como “necessidade”, “classe” e “determinação”), pelos quais, através do termo ausente, “experiência”, a estrutura é transmutada em processo, e o sujeito é reinserido na história” (THOMPSON, 1981, p. 188).

No processo de formação social, a experiência humana tem papel central, apesar de ser um termo ausente na teoria de Althusser, o qual é igualado ao empirismo. A experiência humana é gerada na vida material e estruturada em termos de classe.

Nesse sentido, Thompson propõe a Lógica Histórica, um método de investigação que pressupõe o diálogo entre conceito e evidência, entre hipóteses e pesquisa empírica, entre o conteúdo da interrogação e o interrogado. Pois, para a análise da experiência humana, há necessidade de um *tipo* diferente de lógica:

Adequado aos fenômenos que estão sempre em movimento, que evidenciam – mesmo num único momento – manifestações contraditórias, cujas evidências particulares só podem encontrar definição dentro de contextos particulares, e, ainda, cujos termos gerais de análise (isto é, as perguntas adequadas à interrogação da evidência) raramente são constantes e, com mais frequência, estão em transição, juntamente com os movimentos do evento histórico: assim como o objeto de investigação se modifica, também se modificam as questões adequadas (THOMPSON, 1981, p. 48).

A sua preocupação em fazer uma história objetiva capaz de constituir-se como explicação global, não pode ser formulada a partir de hipóteses genéricas e apriorísticas, antecipadamente formuladas e dirigidas a um momento histórico e que tenha como perspectiva a seleção de dados capazes de confirmá-las. Ao contrário, pretende formular hipóteses provisórias submetendo-as à prova empírica, pressupondo a formulação de novas hipóteses.

Para Thompson, a categoria experiência, por mais que seja imperfeita, é indispensável ao historiador, “já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento” (THOMPSON, 1981, p. 15).

Segue refletindo que a questão propriamente dita não é a dos limites da experiência, mas a maneira de alcançá-la ou produzi-la. “A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo” (THOMPSON, 1981, p. 16). Há, portanto, uma relação permanente entre a matéria e o pensamento, um implica o outro, o que pressupõe o diálogo entre o ser social e a consciência social, algo negligenciado por Althusser.

O que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem à *experiência* modificada; e essa experiência é *determinante*, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados (THOMPSON, 1981, p. 16).

Isso que dizer que, “assim como o ser é pensado, também o pensamento é vivido” (THOMPSON, 1981, p. 17). A trajetória de vida de Thompson, para além dos muros acadêmicos, lhe proporcionou elementos suficientes para pensar a realidade social de forma menos rígida e estruturalista. Ele mesmo lembra a Althusser que conhecimentos se formaram e se formam fora dos procedimentos acadêmicos e dos recintos da universidade. Como professor de adultos em aulas para trabalhadores e sindicalistas, como militante do partido comunista inglês e do movimento antinuclear na Europa, aprendeu logo que “a experiência não espera discretamente, fora de seus gabinetes, o momento em que o discurso da demonstração convocará a sua presença. A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio” (p. 17). Frente a estas experiências, Thompson indica que velhos sistemas conceituais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença.

O estudo de práticas sociais, políticas e educativas

Em que Thompson nos ajuda a compreender as práticas políticas atuais?

Em primeiro lugar, pela defesa do materialismo histórico e dialético como método de análise da realidade social, compreendendo o materialismo como atividade dos homens, como produção da vida, que se constitui num ato histórico, portanto, num ato de transformação, num movimento social permeado por contradições. Para Thompson, o materialismo histórico não difere de outros métodos por premissas epistemológicas, mas por suas categorias, suas hipóteses e procedimentos e pelo parentesco entre estas e os conceitos desenvolvidos. “A pátria da teoria marxista continua onde sempre esteve, no objeto humano real, em todas as suas manifestações (passadas e presentes)” (1981, p. 55).

Essa defesa do método está expressa na defesa da história enquanto totalidade, da história enquanto ciência em construção e da história dinâmica dos sujeitos sociais. E, conseqüentemente, na defesa da dialética passado / presente / futuro. “Nosso conhecimento não fica (esperamos) por isto aprisionada nesse passado. Ele nos ajuda a conhecer quem somos, porque estamos aqui, que possibilidades humanas se manifestam, e tudo quanto podemos saber sobre a lógica e as formas de processo social” (THOMPSON, 1981, p. 57).

Assim como Marx, Thompson não está preocupado apenas em recuperar o passado histórico para compreender o presente, mais do que isso, o vir-a-ser conquista seu espaço no processo de formação social: “ao investigar a história não estamos passando em revista uma série de instantâneos, cada qual mostrando um momento do tempo social transfixado numa única e eterna pose: pois cada um desses instantâneos não é apenas um momento do ser, mas também um momento do vir-a-ser” (1981, p. 58). Por sua vez, Marx percebe que “o desenvolvimento das contradições de uma forma histórica de produção é, no entanto, o único caminho histórico de sua dissolução e estruturação de uma nova” (1985, p. 90).

Ao utilizar o materialismo histórico e, conseqüentemente, a dialética passado, presente e futuro para estudar, por exemplo, o Movimento dos Sem Terra em Santa Catarina, pode-se compreender com maior amplitude o seu sentido histórico atual, suas raízes históricas e suas possibilidades futuras.

O passado representa o enraizamento dos sem-terra e do Movimento, construído a partir de um longo processo de expropriação dos trabalhadores que teve repercussões num movimento migratório internacional (muitos dos italianos ou alemães que deixaram suas terras em busca de trabalho no Brasil são hoje sem terra) e nacional (quando os colonos do Rio Grande do Sul partem em busca da terra nos estados vizinhos e nas regiões centro-oeste e norte do país). O MST também tem suas raízes nos históricos movimentos sociais que marcaram a luta pela terra ou outras questões a ela ligadas, como o Contestado em Santa Catarina, o movimento de Canudos no sertão da Bahia, o Juazeiro do Padre Cícero na região do Cariri, as Ligas Camponesas, entre outros.

O presente talvez seja o aspecto mais inovador do MST ou o que permite a ele reunir uma massa de pessoas em torno da sua bandeira de luta, que cria uma identidade entre muitos expropriados da terra e do trabalho. O Movimento apresenta uma possibilidade imediata, concreta de ressocialização de uma população expropriada da terra e das condições de nela produzir e se reproduzir, através do assentamento, conquistado a partir da ocupação, do acampamento, das longas caminhadas, das ocupações de prédios públicos e das outras manifestações públicas utilizadas. O MST consegue dar uma resposta aos que não tem a terra ou não tem o trabalho, organizando-os e mobilizando-os na luta pela reforma agrária. Porém, o movimento não para por aí, ele vai mais além, ao revolucionar o modo de vida e de trabalho dos trabalhadores rurais, superando o modelo individual/familiar e propondo a organização cooperada, coletiva, que se assenta sob outras

bases. Criam-se no presente experiências inovadoras dentro de um projeto emancipatório no interior das velhas relações de produção.

E o futuro? Este se mistura com o presente e com o passado na construção de um projeto de transformação social, no questionamento das bases de sustentação da sociedade capitalista: a propriedade privada, que se manifesta na apropriação privada da riqueza, da terra, do trabalho alheio, do conhecimento, da escola... O movimento aponta para uma ampla reforma agrária que, segundo ele, só concretizar-se-á no interior de uma sociedade socialista. Para tal, empenha-se na organização massiva dos trabalhadores, no desencadeamento de grandes frentes de luta, na articulação com outras organizações e movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos. Além de um processo crescente de internacionalização da luta, através, por exemplo, da Via Campesina.

Estas reflexões sobre o Movimento dos Sem Terra nos levam a concluir, com Thompson, que “qualquer momento histórico é ao mesmo tempo resultado de processos anteriores e um índice da direção de seu fluxo futuro” (1981, p. 58).

Um outro aspecto que nos chama atenção em Thompson, refere-se ao valor atribuído aos estudos empíricos, à análise do movimento real da sociedade, sem perder a análise mais ampla da sociedade, o que nos ajuda a compreender diversas formas de organização da vida social nos dias de hoje: cooperativas, associações, movimento dos sem-teto, dos sem-terra., movimento de mulheres, de negros, ambientais etc., como expressão das relações de classe. O autor não se perde nas reflexões abstratas, gerais, sem sentido, mas também não se limita ao particular e específico, que se constitui na falta de uma crítica global à sociedade capitalista.

Faz uma crítica aos estudos obsessivamente preocupados com questões metodológicas, como Dahrendorf, excluindo o exame de qualquer situação real de classe num contexto histórico real.

A ressalva que fazemos às correntes de pensamentos de historiadores e sociólogos atuais – os que tratam dos chamados “novos movimentos sociais”, os que estudam a memória das pessoas comuns, os que se ocupam da história das mentalidades coletivas ocultando o universo social que está por trás do universo mental, o refúgio no mundo do particular, as análises sobre a clínica, a loucura, a prisão e a sexualidade por exemplo – é o abandono dos grandes espaços econômicos e sociais, o refluxo do social para o simbólico, a recusa do pensamento central e da totalidade racional. Na falta de um projeto coletivo, as pesquisas fazem-se mais no âmbito do pessoal e do local. “Abandona-se os tempos fortes e os movimentos voluntaristas de mudança, em direção à memória do cotidiano das pessoas simples” (DOSSE, 1992, p. 168).

O conflito social e político entre dominantes e dominados desloca-se mais para o cultural, o qual se transforma no lugar central dos conflitos, das contradições. Idealiza-se, assim, a cultura que brota, espontaneamente, da sensibilidade popular, sem mediações.

É importante acentuar a necessidade de se defender dos perigos da fragmentação do conhecimento, que traduz a lógica da sociedade atual, em que reina a indiferença da massa e se traduz pelo desengajamento e pela dessindicalização. É preciso insistir no trabalho da síntese, sobretudo em um momento em que a especialização, nas análises teóricas, se acentua.

A análise das contradições e ambivalências das experiências históricas; das condições objetivas e subjetivas das situações reais; o estudo do contexto social e das tradições das experiências que nele emergem são eixos de análise presentes no estudo da formação da classe operária inglesa e elementos preciosos para pensar o movimento social atual.

O Metodismo, por exemplo, é apreendido por Thompson segundo suas tradições autogestionárias e, ao mesmo tempo, utilitaristas; por suas tendências democráticas e também autoritárias; como religião da burguesia industrial, mas também de amplos setores do proletariado. As ambivalências em relação às mulheres durante a revolução industrial, são problematizadas. Ao mesmo tempo em que elas encontram as condições de emancipação, são obrigadas a redobram seu trabalho, a separarem-se dos seus filhos e a disputarem o trabalho com seus maridos e filhos.

As tradições populares vigentes no século 18 que influenciaram a fundamental agitação jacobina dos anos 1790, são não só lembradas, mas problematizadas como condições subjetivas para o florescimento da classe operária. Associadas às novas experiências e tradições inglesas (Dissidência; Turba e Direito de nascimento do inglês), serão determinantes para os primeiros estágios de auto-educação política de uma classe. Thompson passa das influências subjetivas para as objetivas, ao analisar as experiências de grupos de trabalhadores durante a Revolução Industrial (os artesãos, tecelões e trabalhadores rurais) e o caráter da nova disciplina industrial do trabalho. Conclui que tanto o contexto político quanto a máquina a vapor influenciaram a formação da classe operária. Observa-se, portanto, a continuidade das tradições num contexto alterado, ou seja, as mesmas aspirações, temores e tensões surgem num novo contexto, com nova linguagem e argumentos e num equilíbrio de forças modificado.

Ao analisar a força dos trabalhadores, passando pela história do radicalismo plebeu, levando-a através do luddismo, até a época histórica no final das Guerras Napoleônicas, Thompson reascende as experiências passadas em articulação com as atuais para apreender a nova forma de consciência dos trabalhadores em relação aos seus interesses e à sua situação de classe. Percebe as mudanças e o sentido histórico das associações e experiências coletivas: dos confrontos pessoais aos embates massivos impessoais do futuro; das atitudes subpolíticas à autoconsciência de classe; da experiência da Turba às multidões revolucionárias; da destruição das máquinas à luta contra as relações exploradoras do capitalismo industrial.

As tradições descritas a respeito dos anos 1790 a 1830 estão encarnadas não só em idéias, mas em pessoas. Tal fato pode ser observado pelo tipo e diversidade de fontes metodológicas utilizadas pelo autor, bem como pela leitura e interpretação dessas fontes, que passa pelo questionamento de fontes históricas comumente utilizadas, pelo cuidado com as fontes obscuras que deformam a história e com o seu caráter velado e, principalmente, pelas contradições e partidarismo das fontes. Percebe-se na sua obra a leitura do silêncio, do não dito. Analisa o papel de tradições e experiências que, a princípio, parecem registros de frustrações e fracassos, aparentemente desconectas – “cada tradição parece se enfraquecer sem o complemento da outra” – buscando encontrar sentido nelas, ao serem analisadas enquanto uma totalidade social. Portanto, a análise de processo histórico e de totalidade dá sentido aquilo que por si só é um acontecimento.

Por fim, o combate ao erro das generalizações nos faz atentar para a diversidade das experiências coletivas, diversidade local e regional, mas também de ações e práticas sociais, desenvolvidas em contextos e situações específicas que encontram sentido no interior das relações sociais.

Diante dos elementos até aqui apresentados que revelam as contribuições de Thompson para analisar o movimento social atual, também nos perguntamos sobre as dificuldades criadas por Thompson para tal análise, especialmente no final do século XX e início do século XXI, momento marcado por grande reavaliação, melhor seria dizer, por abandono de categorias mais amplas para pensar a realidade, as quais se tornam cada vez mais fragmentadas.

O próprio Thompson sugere que nossa leitura seja crítica e dinâmica, acompanhando o processo histórico.

A objeção que fazemos, já apontada por alguns estudiosos e lembrada por Lessa, ao abordar o marxismo estruturalista (1993), diz respeito ao papel que Thompson confere à consciência na gênese e desenvolvimento das classes sociais. Afirma o autor no prefácio de *A formação da classe operária inglesa*: “a experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção [...]. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe” (1987, p. 10).

Parece-nos que Thompson fez um esforço muito grande em afastar-se das noções que atribuíam à classe proletária uma conseqüente consciência de classe, que ela deveria ter se estivesse adequadamente consciente de sua própria posição e interesses reais. Caso não estivesse, o partido ou a teoria, por exemplo, poderiam tornar-se substitutivos. Por outro lado, ou por orientação de outra ideologia, observa uma negação da existência da classe e da consciência de classe, como algo que perturba a coexistência harmoniosa de grupos sociais.

Procurando formular uma crítica a estas duas perspectivas, Thompson conduz sua análise sobre a formação da classe operária inglesa supervalorizando a consciência dos sujeitos sociais. Tal concepção pode tornar-se problemática diante de um conjunto de teorias ou conceitos que questionam as relações produtivas como centrais no processo de produção da existência humana, considerando que outras experiências são hoje as responsáveis pelo processo de socialização do indivíduo, como a centralidade da comunicação (linguagem) sobre o trabalho, ou os movimentos sociais, família, negócios, escolas, modo de vida, cotidiano, ou ainda a sociedade do conhecimento.

Claus Offe (1989), por exemplo, trabalha com a idéia de experiência, assim como Thompson, porém entende que a formação nos termos da experiência construída no trabalho concreto, cotidiano, não está mais socializando, no sentido clássico. Diz que a socialização não acontece mais no espaço da fábrica ou do trabalho. Realmente, no mundo atual, pode-se dizer que a socialização é alienada, quando pensada no trabalho concreto, imediato, produtivo. No entanto, ao analisarmos o trabalho de uma forma mais ampla, que se concretiza na sociedade, concluiremos que ele continua sendo um forte fator de socialização, bem como outras experiências vinculadas a ele.

Conclusões

Tomar como categoria a experiência é pensar a própria formação humana, algo tão caro nos dias de hoje. Observamos, de um lado, o chamado “imperialismo teórico”, em que a realidade sócio-histórica é naturalizada, mas também nos deparamos, por outro lado, com uma forma de pensamento que se constitui em simples reflexo da situação que se vive, preso às condições e circunstâncias sociais. Nesse sentido, a formação ou a experiência humana apresentam-se como elementos centrais para pensar a organização da vida social de forma ampla, sem perder de vista a especificidade das inúmeras experiências coletivas que vêm sendo constituídas diante da crescente impossibilidade de produção e reprodução humana através do trabalho.

Observamos de uma forma cada vez mais rápida e incisiva a deformação do processo educativo diante de um conjunto de pressões temporais, técnicas, instrumentais de formação, em que o sujeito tem sido mutilado por muitas lógicas (econômica, política, informacional), tendo reduzidas suas capacidades mentais e instrumentais. Não há que se formar sujeitos pensantes, mas indivíduos produtivos. Nesse contexto, o sujeito humano corre o sério risco de ser minimizado, ao estar mentalmente bloqueado, não vendo mais realidade além daquela que está nos livros.

Nesta mesma direção, o conhecimento se constrói sem saber para que, perdeu o sentido social, o conhecimento se aliena dele mesmo. E como afirma Carl Sagan (1996): “a ciência é mais do que um corpo de conhecimento, é um modo de pensar.”

Nesse contexto, avaliamos que Thompson desenvolve elementos importantes para pensar a experiência ou a formação humana, as quais expressam a dialética entre realidade e pensamento.

Ao refletir sobre a formação humana, toma assento a palavra coletividade. Há diversas formas e espaços de vivenciar experiências, de aprender com elas e de lhes dar sentido, mas é indiscutível que o coletivo, pensado aqui como coletivo que reúne as pessoas em torno de objetivos comuns, em torno de algo que os identifica, permite a vivência de experiências que podem vir a se tornar emancipadoras.

Isso nos leva novamente ao método de Thompson a respeito da dialética passado, presente e futuro. Portanto, estudar a experiência significa estudar o processo social que a engendra, com suas tradições passadas, levando-se em conta o contexto, a vida material, bem como com suas perspectivas futuras, o vir-a-ser.

Um importante aspecto do pensamento de Thompson é o de compreender como se constituem os sujeitos não só como produtos das circunstâncias sociais. Isto é revelado pela sua tese central em *A Formação da Classe Operária Inglesa*: o fazer-se da classe operária é um fato tanto da história política e cultural quanto da econômica. Ela não foi gerada espontaneamente pelo sistema fabril. Nem devemos imaginar alguma força exterior – a revolução industrial. A classe operária formou a si própria tanto quanto foi formada.

Essa tese nos ajuda a concluir este texto lançando o desafio de incorporar o sujeito ao discurso. Enquanto a realidade sócio-histórica estiver fora do objeto real, exigindo a sua adaptação à teoria e, portanto, naturalizando as relações sociais, o conhecimento perde seu sentido e retira de si a responsabilidade não só com a explicação, mas também com a transformação.

Referências

DOSSE, François. *A história em migalhas: dos annales à nova história*. Trad. de Dulce A. S. Ramos. São Paulo: Ensaio; UNICAMP, 1992.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1991.

LESSA, Sérgio. *Lukács e o marxismo contemporâneo*. Trabalho para qualificação de doutoramento, jun. 1993.

MARX, Karl. Cartas (Marx a Pavel V. Annenkov). In: MARX, K; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. Moscovo: Edições Progresso; Lisboa: Edições “Avante!”, 1982. p. 544-555. Tomo 1.

MARX, Karl. Maquinaria e grande indústria. In: *O capital: crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas, 2)

OFFE, Claus. Trabalho: a categoria sociológica chave? In: *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 167-197.

SAGAN, Carl. *O mundo assombrado pelos demônios: a ciência vista como uma vela no escuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

THOMPSON, Edward P. *A Formação da classe operária inglesa*. Trad. de Denise Bottmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 v.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VENDRAMINI, Célia Regina. *Terra, trabalho e educação: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST*. Ijuí: Editora Unijui, 2000.